



Ofício nº 0484/2021

## ***Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista***

Laranjal Paulista, 04 de maio de 2021.

Senhor Presidente,

Apresento-lhe cumprimentos e, ao ensejo, vimos pelo presente solicitar junto a Vossa Excelência apreciação e aprovação do Projeto de Lei Complementar, a saber:

**- Autoriza a concessão do serviço público de transporte coletivo no Município de Laranjal Paulista.**

Solicito o seguinte REGIME de TRAMITAÇÃO:

Urgência Especial ( );

Urgência ( );

**Ordinária (X);**

Sempre a seu dispor, e com os nossos melhores cumprimentos, renovamos a Vossa Excelência os protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ALCIDES de MOURA CAMPOS JUNIOR  
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor  
ANTÔNIO VALDECIR BERTO FILHO  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
LARANJAL PAULISTA/SP



# ***Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista***

## **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**

Autoriza a concessão do serviço público de transporte coletivo no Município de Laranjal Paulista.

A Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVA:

**Art. 1º** Esta Lei Complementar dispõe sobre autorização para a concessão do serviço público de transporte coletivo no Município de Laranjal Paulista.

**Art. 2º** Compete ao Município de Laranjal Paulista, a organização do sistema local de transporte coletivo nos termos do art. 30, inciso V, da Constituição Federal e da Lei Federal nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012, que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

**Art. 3º** Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar a exploração do Sistema Municipal de Transporte Público Coletivo, mediante concessão precedida de licitação, nos termos do art. 14, da Lei Federal nº 8.987/95 e art. 10, da 12.587/12.

**Art. 4º** O serviço de transporte público coletivo tem caráter essencial e terá tratamento prioritário no planejamento do sistema viário e na organização da circulação.

**Art. 5º** Compete ao Poder Público Municipal a determinação de diretrizes gerais para o Sistema Municipal de Transporte Coletivo, para possibilitar a outorga da concessão para a exploração do serviço de que trata esta Lei, mediante processo licitatório pertinente e ainda controlar, gerenciar e fiscalizar os serviços de transporte coletivo no âmbito do Município.

**Art. 6º** A política tarifária deverá ser orientada pelas diretrizes elencadas no art. 8º, da Lei Federal 12.587/12.

**Art. 7º** A gratuidade no serviço de transporte público coletivo obedecerá ao disposto no art. 230, §2º, da Constituição Federal.

**Art. 8º** A fiscalização do cumprimento das normas e diretrizes estabelecidas nesta Lei Complementar ou em sua regulamentação posterior será exercida pelo Poder Público Municipal.

**Art. 9º** A tarifa de remuneração da concessionária obedecerá ao estabelecido no contrato de concessão.

**Parágrafo único** Sempre que forem atendidas as condições iniciais do contrato, considera-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro.



## ***Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista***

**Art. 10** O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei Complementar através de Decreto.

**Art. 11** Ficam mantidos os contratos de concessão de transporte público coletivo vigentes, desde que não contrariem o disposto nesta Lei Complementar.

**Art. 12** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 04 de maio de 2021.

ALCIDES de MOURA CAMPOS JUNIOR  
Prefeito Municipal





# **Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista**

## **JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei Complementar tem por objeto autorizar a concessão do serviço público de transporte coletivo no Município de Laranjal Paulista.

A concessão do serviço público de transporte coletivo deve observar as regras gerais das concessões, previstas na Lei Federal nº 8.987/95 e também as normas previstas na Lei Federal nº 12.587/12 que institui as diretrizes da política nacional de mobilidade urbana.

É importante registrar que o serviço público de transporte coletivo tem caráter essencial, assim reconhecido por nossa Carta Maior em seu art. 30, V e na legislação infraconstitucional no art. 10, V, da Lei de Greve e no art. 18, II, da Lei Federal nº 12.587/12, sendo que a população tem o direito de recebê-lo com qualidade e atualidade.

Ademais, atualmente o serviço público de transporte coletivo de passageiros é contratado por meio de licitação, atendendo determinação judicial nos autos da Ação Civil Pública nº 1000831-03.2016.8.26.0315, todavia, a presente iniciativa legislativa busca o aperfeiçoamento e melhor parametrização dessa política pública.

Ante o exposto é que se encaminha o presente Projeto de Lei Complementar, para apreciação de Vossas Senhorias.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 4 de maio de 2021.

  
ALCIDES de MOURA CAMPOS JUNIOR  
Prefeito Municipal